

Nova Ventos do  
Parazinho  
Energias  
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635  
Sala 501 e 502 - Aldeota  
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A  
Tiangú - CE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João Alberto da Silva Neto'. The signature is written in a cursive style and is positioned above the printed name and title.

João Alberto da Silva Neto  
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

## Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.351.463	213.528	Fornecedores	6	12.129.914	1.239.776
Títulos a receber	4	2.821.084	-	Outras contas a pagar	16	42.420	-
Outros créditos		945	-	Provisão para passivo ambiental		574.793	-
Despesas antecipadas		18.130	14.847	Debêntures	7	127.801.600	101.219.514
Adiantamento fornecedores		5.570	-	Obrigações fiscais		550.324	334.708
Impostos a recuperar		209.178	123.525			<u>141.099.051</u>	<u>102.793.998</u>
		<u>6.406.370</u>	<u>351.900</u>				
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Despesas antecipadas		-	18.589	Capital social	8	28.300.505	22.022.505
Imobilizado	5	159.683.887	122.320.671	Prejuízos acumulados		(2.551.900)	(659.680)
Intangível		757.399	1.465.662			<u>25.748.605</u>	<u>21.362.825</u>
		<u>160.441.286</u>	<u>123.804.922</u>				
<b>Total do ativo</b>		<u><u>166.847.656</u></u>	<u><u>124.156.823</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>166.847.656</u></u>	<u><u>124.156.823</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Notas	2016	2015
Receita operacional líquida	10	7.120.536	-
Custo das vendas	11	<u>(2.189.892)</u>	<u>-</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>4.930.644</u></b>	<b><u>-</u></b>
Outras receitas		945	-
Despesas de vendas		(201)	-
Despesas gerais ou administrativas	12	(1.855.135)	(770.196)
Despesas tributárias	12	<u>(16.803)</u>	<u>(27.816)</u>
<b>Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas</b>		<b><u>3.059.450</u></b>	<b><u>(798.012)</u></b>
Receitas financeiras	13	35.021	221.197
Despesas financeiras	13	<u>(4.986.691)</u>	<u>(4.325)</u>
<b>Despesas (receitas) financeiras líquidas</b>		<b><u>(4.951.670)</u></b>	<b><u>216.872</u></b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b><u><u>(1.892.220)</u></u></b>	<b><u><u>(581.140)</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

*(Em Reais)*

	2016	2015
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.892.220)</b>	<b>(581.140)</b>
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(1.892.220)</u></b>	<b><u>(581.140)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Notas	Capital Social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>		<b>838.869</b>	-	-	<b>(78.540)</b>	<b>760.329</b>
Capital subscrito	8	29.959.832	(29.959.832)	-	-	-
Integralização de capital	8	-	21.183.636	-	-	21.183.636
Prejuízo do exercício		-	-	-	(581.140)	(581.140)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>30.798.701</b>	<b>(8.776.196)</b>	-	<b>(659.680)</b>	<b>21.362.825</b>
Integralização de capital	8	-	6.278.000	-	-	6.278.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.892.220)	(1.892.220)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>30.798.701</b>	<b>(2.498.196)</b>	-	<b>(2.551.900)</b>	<b>25.748.605</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(1.892.220)	(581.140)
Juros sobre financiamentos	4.947.699	4.597.513
Depreciação	1.950.935	-
<b>Variação nos ativos e passivos</b>		
Aumento em impostos a recuperar	(85.654)	(123.525)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	15.307	(18.588)
Aumento em adiantamento de fornecedores	(5.570)	-
Aumento em outros créditos	(945)	-
Aumento em títulos de créditos a receber	(2.821.084)	-
Aumento em fornecedores	10.890.138	379.630
Aumento em outras contas a pagar	42.420	-
Aumento provisão compensação ambiental	574.793	-
Aumento em obrigações fiscais	215.617	331.003
<b>Caixa líquido originado pelas atividades operacionais</b>	<u>13.831.436</u>	<u>4.584.893</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		
Aquisição imobilizado	(27.920.266)	(122.177.023)
Baixa de imobilizado	2.725.698	-
Baixa de intangível	708.263	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(24.486.305)</u>	<u>(122.177.023)</u>
<b>Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento</b>		
Emissão de debêntures	7.514.804	96.622.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Integralização de capital	6.278.000	21.183.636
<b>Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento</b>	<u>13.792.804</u>	<u>117.805.636</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><u>3.137.935</u></u>	<u><u>213.506</u></u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	213.528	22
No fim do exercício	<u>3.351.463</u>	<u>213.528</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><u>3.137.935</u></u>	<u><u>213.506</u></u>
<b>Transações que não afetam caixa e equivalente de caixa:</b>		
Juros de empréstimos capitalizados para imobilizado	<u>14.119.582</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Companhia, com sede em Ubajara, Estado do Ceará, situada à Rodovia BR 222, S/N, KM 339 - Zona Rural, foi constituída em 28 de Outubro de 2010 e de acordo com o despacho nº 2589, de 27 de setembro de 2016, iniciou operação comercial em 28 de setembro de 2016 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem como objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica Nova Ventos do Parazinho, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (II) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato

A Nova Ventos do Parazinho possui capacidade instalada de 27,04 MW.

### **2 Base de preparação e principais práticas contábeis**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2017.

#### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

#### **2.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## 2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros não derivativos são classificados como passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

### (i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### (ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

#### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de

contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

**(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração***

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**(iv) *Capital social***

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

## **2.6 Ativo imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos (debêntures) sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### *Depreciações*

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas

utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Equipamentos de informática e processamento de dados	10 anos
Veículos	5 anos
Linhas de transmissões	20 anos
Torres de geração de energia	20 anos
Obras civis	20 anos

## **2.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

### **(i) *Ativos financeiros não-derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

#### *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais

que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGC. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGC ou grupos de UGC que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pró-rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## **2.8 Intangível**

**(i) Ativo intangível**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(ii) Pesquisa e desenvolvimento**

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento

puderem ser mensurados de maneira confiável, se o projeto for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento do projeto e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme prazo de concessão da outorga.

**(iii) *Baixa de ativos intangíveis***

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

## **2.9 Receitas e despesas financeiras**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

## **2.10 Receita operacional**

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento do reconhecimento de receita ocorre pela transferência da energia elétrica para a CCCE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ou para terceiros no mercado contratado de energia.

## **2.11 Imposto de renda e contribuição social**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.



O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

## **2.12 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, essa não espera qualquer impacto significativo.

### ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

A Companhia não concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

### ***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que A Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que A Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que A Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de

instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia não realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de no âmbito da IAS 39.

### 3 Caixas e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Bancos	3.351.463	8.461
Aplicações financeiras (a)	<u>-</u>	<u>205.067</u>
<b>Total</b>	<b><u>3.351.463</u></b>	<b><u>213.528</u></b>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Pine, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa com taxa 100% do CDI e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### 4 Títulos a receber

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	2.703.826	-
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	<u>117.258</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>2.821.084</u></b>	<b><u>-</u></b>

### 5 Imobilizado

#### Movimentação do imobilizado

	<b>Saldo em</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixa</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em</b>
	<b>01/01/2016</b>					<b>31/12/2016</b>
Linhas de transmissão	75.538	143.569	(219.107)	-	-	-
Imobilizado em andamento (a)	16.697.169	3.963.835	(17.935.305)	(2.725.698)	-	-
Adiantamento a fornecedor (b)	99.927.735	-	(99.927.735)	-	-	-
Encargos financeiros pré-operacionais (c)	5.620.229	14.345.168	(19.965.397)	-	-	-
Compensação ambiental	-	708.497	-	-	-	708.497
Equipamentos e processamento de dados	-	745	-	-	(24)	721
Linhas de transmissão em serviço	-	-	219.107	-	(2.739)	216.368
Torres de geração de energia eólica	-	20.482.370	93.356.401	-	(1.422.198)	112.416.573
Obras civis em serviço	<u>-</u>	<u>2.395.665</u>	<u>44.472.037</u>	<u>-</u>	<u>(525.975)</u>	<u>46.341.728</u>
<b>Total</b>	<b><u>122.320.671</u></b>	<b><u>42.039.849</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(2.725.698)</u></b>	<b><u>(1.950.935)</u></b>	<b><u>159.683.887</u></b>

	<b>Saldo em 01/01/2015</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2015</b>
Linhas de transmissões	-	75.538	-	-	75.538
Imobilizado em andamento (a)	143.648	16.553.521	-	-	16.697.169
Encargos financeiros pré-operacionais (c)	-	5.620.229	-	-	5.620.229
Adiantamento a fornecedor (b)	-	99.927.735	-	-	99.927.735
<b>Total</b>	<b><u>143.648</u></b>	<b><u>122.177.023</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>122.320.671</u></b>

- (a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.
- (b) Os adiantamentos decorrem da aquisição de aerogeradores e demais equipamentos relacionados ao parque eólico junto aos fornecedores.
- (c) Os encargos financeiros sobre financiamento diretamente atribuíveis aos ativos em construção foram capitalizados e incluídos nos custos destes ativos. A respectiva capitalização se encerra quando todas as atividades necessárias ao preparo do ativo qualificável para o seu uso estão substancialmente concluídas. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

## 6 Fornecedores

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. – nota 16	51.201	-
GE Water e Process Technologies (a)	11.993.636	-
Fornecedores diversos	<u>85.078</u>	<u>1.239.776</u>
<b>Total</b>	<b><u>12.129.915</u></b>	<b><u>1.239.776</u></b>

- (a) GE Water e Process Technologies é o principal fornecedor referente a aquisição de aerogeradores.

## 7 Debêntures

	<b>Taxa de juros</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Debêntures (a)	3% a.a. + Taxa DI	<u>127.801.600</u>	<u>101.219.514</u>
		<b><u>127.801.600</u></b>	<b><u>101.219.514</u></b>

- (a) A Companhia possui contrato de instrumento particular de escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. As Debêntures possuem vencimento em parcela única, vencendo em 13 de fevereiro de 2017.

### 7.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tal como:

- (a) Descumprimento da destinação dos recursos obtidos por meio da captação de recursos efetuada;
- (b) Inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária com instituição financeira por parte do emissor e seus intervenientes;
- (c) Rescisão, resiliação voluntária ou involuntária de qualquer dos contratos do projeto;

- (d) Não cumprimento de qualquer decisão final judicial, arbitral ou administrativa ou sentença judicial transitado em julgado pelo emissor e seus intervenientes;
- (e) Protesto de títulos contra o emissor e intervenientes a partir do montante de R\$ 500.000;
- (f) Transferência a terceiros dos direitos e obrigações do emissor e seus intervenientes, sem a prévia concordância escrita de debenturistas;
- (g) Mudança ou alteração no objeto social da emissora e suas intervenientes de forma a alterar suas atividades principais;
- (h) Não manutenção da escritura de emissão até o cumprimento integral das obrigações garantidas, os instrumentos de garantia, o contrato de depósito e administração de contas e fianças;
- (i) Caso a emissora e os intervenientes realizem sem o aviso prévio e consentimento dos debenturistas: i) contratação de empréstimos e mútuos ou outras formas de endividamento; ii) realize transações com qualquer pessoa ou entidade relacionada, direta ou indiretamente à emissora e a Ventos de São Jorge Holding S.A.
- (j) Caso a emissora e suas intervenientes realizem novos investimentos ou assumam compromissos de investimentos além dos investimentos necessários para a construção e implementação do projeto;
- (k) Redução do patrimônio líquido do fundo Salus Fundo de Investimento em Participações, salvo se o seu patrimônio líquido permanecer em montante de no mínimo R\$ 550.000.000;
- (l) Distribuir qualquer tipo de remuneração na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas;
- (m) Celebração de aditamentos e/ou alterações dos contratos do projeto (exceto com relação aos CCEAR) que gerem aumento individual ou agregado superior a R\$ 14.000.000;

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

A companhia vem cumprindo todas as condições do contrato.

## **8 Patrimônio líquido**

O capital social subscrito é de R\$ 30.798.701 em 2016 (R\$ 30.798.701 em 2015) e está representado por 30.798.701 (Trinta milhões, setecentos e noventa e oito mil e setecentos e uma) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (xxx em 2015).

O capital social integralizado é de R\$ 2.498.196 em 2016 (R\$ 8.776.196 em 2015), e está representado por 2.498.196 (Dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e cento e noventa e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (xxxx em 2015).

## **9 Imposto de renda e contribuição social**

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia, pois não possui histórico de lucros tributáveis.

## 10 Receita operacional líquida

A receita inclui os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Portanto, são excluídos da receita.

A Companhia começou suas operações em teste no dia 28 de setembro de 2016 e portanto, passou a registrar receitas a partir desse período.

	<b>2016</b>
Energia elétrica - Geração própria	7.545.105
PIS	(73.856)
COFINS	(340.491)
ICMS	(10.222)
	<u><u>7.120.536</u></u>

## 11 Custo das vendas

	<b>2016</b>
Encargos de transmissão e conexão	(263.643)
Despesas com pessoal	(224.905)
Depreciação	(1.7101.344)
	<u><u>(2.189.892)</u></u>

## 12 Despesas operacionais

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Serviços prestados pessoa jurídica	(91.538)	(358.849)
Serviços de consultoria	(24.449)	-
Serviços gráficos e similares PJ	(38)	-
Auditoria externa	(4.258)	-
Despesas tributárias	(16.803)	( 27.816 )
Depreciação	(249.590)	-
Seguros	(134.860)	( 249.741)
Despesa com cartório	(39.986)	-
Taxas e emolumentos	(43.931)	-
Despesas com licença ambiental	(543.181)	-
Compartilhamento de despesas – nota 16	(450.672)	(70.807)
Despesas com manutenção	(246.110)	-
Legais, judiciais e publicações	(15.690)	-
Viagens, diárias e ajuda de custo	-	(968)
Recuperação de despesas	234	-
Gastos diversos	(11.066)	(89.831)
<b>Total</b>	<u><u>(1.871.938)</u></u>	<u><u>(798.012)</u></u>

### 13 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2016	2015
Rendimentos de aplicação	32.262	217.061
Descontos obtidos	2.710	4.136
Outras receitas	49	-
	35.021	221.197
<b>Receitas financeiras total</b>	<b>35.021</b>	<b>221.197</b>
Juros pagos ou incorridos	(22)	(97)
Tarifas bancárias	(14.220)	(3.650)
Multas	(24.750)	(578)
Juros sobre debêntures – Santander	(1.981.208)	-
Juros sobre debêntures – Bradesco	(1.882.143)	-
Juros sobre debêntures – Pine	(1.084.348)	-
	(4.986.691)	(4.325)
<b>Despesas financeiras total</b>	<b>(4.986.691)</b>	<b>(4.325)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(4.951.670)</b>	<b>216.872</b>

### 14 Cobertura dos seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos de engenharia era composta por R\$ 139.389.523 com vigência da apólice de 31 de maio de 2015 a 30 de setembro 2017, para a cobertura de seguros de responsabilidade civil era composta por R\$ 2.077.922, sendo a vigência da apólice de 28 de setembro de 2015 a 29 de setembro de 2017 e a cobertura de seguro operacional era composta por R\$ 165.907.734 e a vigência da apólice é de 28 de setembro de 2016 a 28 de setembro de 2017.

### 15 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

#### Em 31 de dezembro 2016

	2016	2015
<b>Passivo</b>		
Outras contas a pagar (a)	42.420	-
Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A		
Fornecedor (b)		
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A (6)	51.201	-
	93.621	-
<b>Total</b>	<b>93.621</b>	<b>-</b>
<b>Resultado</b>		
Compartilhamento de despesas		
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A (12)	450.672	70.807
	450.672	70.807
<b>Total</b>	<b>450.672</b>	<b>70.807</b>
<b>Total das partes relacionadas</b>	<b>544.293</b>	<b>70.807</b>

- (a) A Companhia possui contas a pagar no valor de R\$ 42.420 referente a despesas compartilhadas em condomínio, cuja líder é a Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A.
- (b) A Companhia possui despesas em 2016 no valor de R\$ 450.672 (R\$ 70.807 em 2015) e um contas a pagar no valor de R\$ 51.201 decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

## 16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

### a. Instrumentos financeiros por categoria

	2016		2015	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	3.351.463	-	213.528	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Fornecedores	-	12.129.914	-	1.239.776
Debêntures	127.801.600	-	101.219.514	-

### b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	3.351.463	3.351.463	213.528	213.528
Fornecedores	(12.129.914)	(12.129.914)	(1.239.776)	(1.239.776)
Debêntures	(127.801.600)	(127.801.600)	(101.219.514)	(101.219.514)
<b>Total</b>	<b>(136.580.051)</b>	<b>(136.580.051)</b>	<b>(102.245.762)</b>	<b>(102.245.762)</b>

### c. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2016	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	12.129.914	12.129.914	-	-	-
Debêntures emitidas	127.801.600	127.801.600	-	-	-
<b>Total</b>	<b>139.931.514</b>	<b>139.931.514</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

31 de dezembro de 2015	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	1.239.776	1.239.776	-	-	-
Debêntures emitidas	101.219.514	-	101.219.514	-	-
<b>Total</b>	<b>102.459.290</b>	<b>1.239.776</b>	<b>101.219.514</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**d. Gerenciamento de riscos**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

**(i) Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

**(ii) Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2016 e 2015 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pela Companhia relacionados ao CAPEX (*Capital expenditure*) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.



## **17 Eventos subsequentes**

Em 10 de fevereiro de 2017 ocorreu o primeiro desembolso referente ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº16.2.0752.1, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A, firmado em 19 de janeiro de 2017, no valor total R\$ 113.247.000.

Com os recursos liberados foram quitadas as debêntures citadas na nota explicativa 7.